



**II REUNIÃO DO PLENO DO CONSELHO
UNIVERSITÁRIO IBERO-AMERICANO
29 a 30 de novembro de 2003
UFRGS – PORTO ALEGRE – BRASIL**

PROGRAMAÇÃO

Sábado, 29 de novembro de 2003	
17h30	Traslado Hotel – UFRGS/Reitoria
18h	ABERTURA – Troica Wrana Maria Panizzi, presidente da Andifes, Galo Burbano Lòpez, Diretor Executivo da Associação Colombiana de Universidades, Juan Antonio Vázquez Garcia, presidente do CRUE-Conferencia de Rectores de las Universidades Españolas e Félix Garcia Lausin, secretario general do CRUE.
20h	Recepção de Boas-vindas
Domingo, 30 de novembro de 2003	
8h30	Traslado Hotel – UFRGS/Reitoria – Sala dos Conselhos
9h	Tema 1: Qualidade e Acreditação <i>Coordenação:</i> Galo Burbano Lòpez, Diretor Executivo da Associação Colombiana de Universidades (ASCUN) <i>Painelistas:</i> José N. Revelo – Conselho Nacional de Acreditação, Colômbia Ricardo Guitierrez – Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação, Argentina
11h	Coffe-break
11h30	Tema 2: A Educação Superior e a Inclusão Social <i>Coordenação:</i> reitora Maria Margarida Salomão, Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Brasil. <i>Painelistas:</i> Ana Lúcia Gazzola, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil Juan Carlos Gottifredi, ex-reitor da Universidad de Salta, Argentina; ex-secretário de Educação Superior do Ministério de Educação, Argentina
13h30	Almoço
14h30	Tema 3: Espaço Europeu Latino-americano e do Caribe - Cooperação Interuniversitária <i>Coordenação:</i> Juan Antonio Vázquez Garcia, presidente do CRUE (Conferência de Reitores das Universidades Espanholas) <i>Painelistas:</i> Marco Antônio Rodrigues Dias, Consultor da Universidade das Nações Unidas, ex-diretor da Divisão de Ensino Superior UNESCO, França Maria Esmeralda Teixeira, responsável pelos Programas ALBAN e ALFA da Comunidade Européia, Bélgica
16h30	Conclusões
17h	Assuntos gerais: sede para 2005, secretariado permanente, elencar temas para 2004. 2004: 29 e 30/11 em Madri.
18h	Encerramento

CONCLUSÕES

O Conselho Universitário Ibero-americano (CUIB), em sua segunda reunião plenária, realizada em 29 e 30 de novembro de 2003 na cidade de Porto Alegre, Brasil, reafirma os compromissos firmados na Conferência Mundial sobre a Educação Superior, em Paris, França, no ano de 1998.

A função estratégica para o desenvolvimento das nações, o direito de acesso de todos os cidadãos e o dever do Estado em prover a educação superior com pertinência social e qualidade são hoje mais do que ontem uma bandeira da sociedade que se deseja moderna e solidária.

Essa posição não tem caráter dogmático e muito menos decorre do imobilismo das idéias. Fundamenta-se, ao contrário, na compreensão da necessidade, cada vez mais atual, de um mundo multipolar, bem como na visão da educação superior como um instrumento de diálogo e interação entre as nações e entre os povos.

Essa visão de globalização cooperativa – em substituição à competição que anula e cala os mais fracos – é própria da instituição universitária. Dessa forma, ela se mostra contemporânea de um mundo sabidamente mais desenvolvido, onde alguns usufruem os benefícios da fronteira do conhecimento, porém também mais desigual, onde muitos ainda buscam a sobrevivência diária.

O conhecimento desconhece fronteiras e a cooperação internacional está na própria origem da instituição universitária.

Entretanto, estamos em uma época marcada, sobretudo, não pela cooperação internacional, mas pela abertura das fronteiras para a compra e venda do conhecimento e dos “serviços” educacionais.

A crescente mercantilização da educação superior, sua valorização econômica como “serviço comercial”, é a realidade na qual vivemos.

As universidades, aliás, há muito não desconhecem que a economia de mercado é a realidade na qual se inserem. Sabemos que nossas universidades interagem fortemente com o mundo empresarial. A questão posta, portanto, não é a da “abertura” das universidades para essa realidade.

O conflito que presenciamos se dá entre os que querem preservar a autonomia da instituição universitária em face das diferentes manifestações do poder, seja ele político ou econômico e a serviço da sociedade, e os que querem transformar o “mercado” na própria razão de existir das universidades e a sociedade em uma sociedade de mercado.

Nesta segunda reunião plena, os membros do CUIB se comprometem, em cada um de seus países, a divulgar e reafirmar os compromissos aprovados na Conferência de Paris, bem como atuar junto aos governos e à sociedade para implementá-los como diretrizes das políticas públicas para o ensino superior.

Como contribuição objetiva à realização dessa missão, o debate dos temas deste encontro,

- QUALIDADE E ACREDITAÇÃO,
- EDUCAÇÃO SUPERIOR E INCLUSÃO SOCIAL,
- COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO ESPAÇO EUROPEU, LATINO-AMERICANO E DO CARIBE,

deve considerar, sempre, nossa vontade de avançar no sentido da afirmação de nossa crença na instituição universitária, na educação como bem público e no conhecimento como patrimônio da humanidade – e, também, no sentido de promover o estreitamento de nossos laços de comunidade, de nossas culturas singulares, da diversidade que torna ainda mais rica nossa identidade ibero-americana.

RESUMO DOS DEBATES

Tema 1: QUALIDADE E ACREDITAÇÃO

Coordenação:

ASCUN (Associação Colombiana de Universidades), representada pelo Prof. GALO BURBANO LÓPEZ, Diretor Executivo da Associação Colombiana de Universidades.

Painelistas:

Prof. JOSÉ M. REVELO REVELLO, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Acreditação (CNA), Colômbia

Prof. RICARDO GUTIERREZ, Membro da Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação (CNEAL), Argentina

A questão da qualidade acadêmica é central para as universidades. Neste momento em que há um forte empenho na construção de um espaço ibero-americano de educação e de investigação científica, é fundamental que as instituições possam identificar-se e identificar as parceiras para que as interações possam acontecer adequadamente.

O conceito de qualidade acadêmica traz embutida a busca do constante aperfeiçoamento e da agregação de referenciais distintos. O exercício da auto-avaliação e da avaliação externa nas universidades envolve tanto os cursos de graduação como de pós-graduação.

As universidades recebem demandas crescentes e diferenciadas, que colocam o permanente desafio da expansão. Na América Latina ainda encontramos um sistema com baixa cobertura da população-alvo (ao redor de 20%). E as pressões políticas e da sociedade têm levado a uma expansão do sistema, no rumo da massificação do ensino superior, que muitas vezes acontece em detrimento da qualidade, tanto pela improvisação de programas acadêmicos, quanto pela contratação temporária de docentes e pelo descuido com a pesquisa.

A qualidade é um elemento central da acreditação, processo que inclui auto-avaliação, avaliação externa e uma avaliação final, que expressa o

reconhecimento da qualidade alcançada. A acreditação dá fé pública aos cursos de uma instituição, afirmando sua qualidade, seus pontos fortes e aspectos débeis, e se converte numa ferramenta para a comparabilidade entre instituições parceiras.

A acreditação tem um marco legal, possui referenciais e critérios que são construídos com a contribuição da academia, o que garante a aderência e confere idoneidade à qualidade. As próprias universidades, as agências encarregadas e a sociedade são atores da acreditação, que contam com a especial participação dos pares acadêmicos na realização das avaliações. Entre os critérios, destacam-se a missão e o projeto da instituição, o desempenho de estudantes e docentes, os processos acadêmicos, a auto-avaliação, os egressos, os recursos disponíveis e a gestão.

Existem vários sistemas de acreditação na Ibero-américa, todos compartilhando os principais objetivos. A maioria desses sistemas é de origem governamental e se refere a padrões mínimos de qualidade, com periodicidade variável; alguns são de caráter voluntário, outros são obrigatórios. São sistemas recentes, criados a partir de 1990, sendo a metade desse total bastante recente (a partir do ano 2000).

A acreditação é essencial para a continuada construção do espaço ibero-americano de ensino superior. Com esse entendimento, foi criada a Rede Ibero-americana de Avaliação e Acreditação da Educação Superior (RIACES), da qual fazem parte os organismos de avaliação e acreditação que operam na Ibero-américa. Essa Rede, ao promover a cooperação acadêmica e o intercâmbio de informação e experiências sobre avaliação e acreditação, contribui para o desenvolvimento de um sistema que favoreça o reconhecimento de títulos, assim permitindo a mobilidade de estudantes, de professores e de profissionais. Contudo, é importante reforçar que não é necessário, talvez até inadequado, uniformizar e homogeneizar os sistemas. A pluralidade e a diversidade deles

contribuem para a riqueza da avaliação e da acreditação, sendo porém, ainda indispensável que as atividades dessa Rede dependam mais das universidades e menos dos governos.

Uma preocupação recente é a da acreditação das universidades transnacionais, que cada vez ocupam maior espaço em alguns países da região.

Um ponto que necessita reflexão é o da vinculação entre a avaliação e o financiamento das universidades. O financiamento pode ser um reforço importante para a aderência à avaliação e para a sua própria eficiência.

Também vale destacar a tensão que se estabelece entre as universidades e as entidades de classe, que pretendem influir demasiadamente sobre a formação acadêmica dos futuros profissionais considerando apenas necessidades imediatas do mercado.

Tema 2: A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A INCLUSÃO SOCIAL

Coordenação:

ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), representada pela Prof^a. MARIA MARGARIDA SALOMÃO, reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Painelistas:

Prof^a. ANA LÚCIA GAZZOLA, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. JUAN CARLOS GOTTIFREDI – ex-reitor da Universidade de Salta e ex-secretário de Educação Superior do Ministério de Educação, Argentina

A exclusão social, promovida por diversas desigualdades, vem se acentuando no mundo, tornando os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Essa situação afeta mais profundamente os países da América Latina, que apresentam cifras alarmantes de pobreza e miséria.

A educação, particularmente a educação superior, tem acompanhado essa tendência mundial, sendo que nos países ricos é ampla a inclusão da população na educação superior e, nos países pobres, a exclusão se acentua cada vez mais.

- PAPEL DOS GOVERNOS DA AMÉRICA LATINA:

1. instituir projetos de desenvolvimento, ao mesmo tempo nacionais e universalistas, fixando objetivos de curto, médio e longo prazos para a superação das várias formas de exclusão;
2. estabelecer parcerias com governos locais e instituições sociais que tenham a meta da inclusão social, numa soma coletiva de esforços para a superação da exclusão.

- PAPEL DAS UNIVERSIDADES:

As universidades públicas, para além do que já fazem pela inclusão, necessitam criar e desenvolver programas e medidas para ampliá-la. Essa posição pode, além de outras, estar evidenciada nas seguintes ações:

1. Manter e aprofundar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, nos âmbitos locais, regionais e nacionais, buscando, cada vez mais, o intercâmbio com instituições e experiências internacionais;
2. Garantir o acesso das camadas e grupos excluídos, consolidando e expandindo instrumentos como o vestibular seriado, o sistema de cotas, a interiorização, a educação à distância e a expansão no turno noturno, dentre outros, bem como assegurar condições para a permanência desses grupos na Universidade, através de efetivas políticas de assistência estudantil e equalização de oportunidades acadêmicas;
3. Ampliar sua ação junto às populações, desenvolvendo cada vez mais a solidariedade social, através de serviços como ações de atenção à saúde, programas culturais, estratégias de inovações tecnológicas, programas comunitários, programas de formação continuada, e outros mais;
4. Estabelecer os mais variados convênios com as congêneres locais, nacionais, latino-americanas e ibero-americanas, tendo como meta comum a EXCELÊNCIA COM INCLUSÃO SOCIAL.

Tema 3: COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO ESPAÇO EUROPEU, LATINO-AMERICANO E DO CARIBE

Coordenação:

CRUE (Conferência de Reitores das Universidades Espanholas), representada pelo Prof. JUAN ANTONIO VAZQUEZ GARCIA, reitor da Universidade de Oviedo, Espanha

Painelistas:

Prof. MARCO ANTONIO DIAS, consultor da Universidade das Nações Unidas (UNU)

Prof^a. MARIA ESMERALDA ALMEIDA TEIXEIRA, responsável pelos programas ALBAN e ALFA da Comissão Europeia

Os desequilíbrios econômicos atuais afetam a situação da educação no mundo atual, incluindo aí a educação superior. Ao mesmo tempo que se reconhece a função essencial do conhecimento para a autonomia das nações, muitos dos países desenvolvidos procuram manter sua hegemonia utilizando pressões e mecanismos como a Organização Mundial do Comércio.

As condições tecnológicas do mundo contemporâneo favorecem a integração regional e a construção de redes. Porém, essa integração necessita evitar o risco de reproduzir os desequilíbrios existentes, repetindo exclusões, barreiras e assistencialismos.

A Ibero-américa e Caribe tradicionalmente mantêm ligações acadêmicas, seja por cooperações bilaterais, seja pelas experiências mais recentes de criação de redes e associações regionais. As vantagens das línguas e da origem histórica comuns devem ser aproveitadas e ampliadas.

Os programas da Comissão Europeia, específicos para a América Latina têm buscado, nos seus objetivos, o reforço institucional, o incremento da

mobilidade de estudantes, professores e técnicos-administrativos, bem como a formação de redes de reconhecimento entre os sistemas universitários nacionais.

O CUIB poderá ser agente eficaz no desenvolvimento de ações de intercâmbio acadêmico com reciprocidade, seja em programas já existentes ou em programas novos, aperfeiçoando assim os sistemas universitários tanto europeus quanto latino-americano e caribenho.

ASSUNTOS GERAIS

I. Foi criada a secretaria geral do Conselho Universitário Ibero-americano (CUIB). O Sr. Félix Garcia Lausin, secretario general do CRUE, foi eleito secretário geral.

SECRETARIA GERAL DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO IBERO-AMERICANO (CUIB)

1. *São funções da secretaria geral:*

- *Executar e fazer cumprir as deliberações do pleno do CUIB e do Conselho Diretivo.*
- *Promover, impulsar e estabelecer mecanismos que favoreçam e tornem mais eficaz a cooperação entre as organizações integrantes do conselho, identificando áreas de interesse e ação comum.*
- *Identificar fontes de financiamento para os projetos, programas e atividades.*
- *Colaborar com a presidência no desempenho de suas funções.*
- *Colaborar com a presidência na preparação dos conteúdos e na organização do pleno anual do conselho.*
- *Outras que contribuam, ao logro dos objetivos do Conselho e as designadas, no âmbito de suas respectivas competências, pelo pleno e a presidência.*

2. *O titular da secretaria geral será eleito pelo Pleno por maioria absoluta dos presentes e exercerá suas funções por um período de três anos, podendo ser reeleito uma só vez.*

3. *A condição de secretario geral executivo será compatível com as de secretário executivo equivalente das organizações integrantes do Conselho.*

Disposição Transitória

No prazo máximo de 4 meses desta data o secretario geral apresentará ao Conselho Diretivo (Troica), uma proposta de organização, atividades e financiamento da secretaria geral.

II. O Conselho Universitário Ibero-americano (CUIB) aprovou a realização da reunião de 2005 no México.

III. Temas para a reunião do CUIB em 2004 na Espanha podem ser sugeridos ao Conselho Diretivo.